



PESQUISA
RESUMO CONCLUÍDO

3648990 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUEM PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS EM ORGANIZAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO SUL DO BRASIL: AS PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA E *DESIGN* APLICADOS À PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO

Mirian Adriano Dos Santos, Miguelangelo Gianezini

Universidade Do Extremo Sul Catarinense; Curso De Engenharia De Produção; Grupo De Pesquisa Em Estratégia, Competitividade E Desenvolvimento; E Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Socioeconômico

Este estudo está articulado ao projeto “Evidenciação de Práticas Sustentáveis no Setor de Agronegócio: análise de organizações da região Sul do Brasil” aprovada no Edital Propex nº 261/2015 e 006/2016, de seleção ao programa de grupos de pesquisa 2016-2017, na qual um dos objetivos trata da avaliação de políticas públicas que contribuíram para ações sustentáveis. Neste sentido incluídas as temáticas de desenvolvimento sustentável com intuito de analisar mudanças recentes e fornecer subsídios para aprimoramento da gestão das organizações que integram a região sul, com foco na produção de arroz. O Brasil é um país dependente dos resultados econômicos do agronegócio, destacando-se por seu grande volume produtivo e participação no fornecimento de grãos para o mercado interno e externo. O cultivo de arroz se tornou uma das culturas mais importantes, sendo um cereal consumido por todas as classes sociais e produzido em boa parte do território nacional. Neste contexto, a produção de arroz irrigado (várzeas) é mais que o dobro da de sequeiro (terras altas) e sua expansão produtiva tem se deparado com a questão ambiental diante das demandas de consumo; e tecnológica diante da competitividade do mercado. Observando tal condição, o presente estudo teve por objetivo compreender as contribuições que a sustentabilidade tecnológica e o *design* podem aportar ao agronegócio do arroz no Brasil, com vistas ao aprimoramento da produção deste cereal em áreas de várzea. Os procedimentos metodológicos envolveram um estudo bibliográfico acerca dos conceitos chave; pesquisa sistemática em bases de dados; e um levantamento documental, com compilação audiovisual sobre o tema. Os resultados apontam para perspectivas mundiais de incremento tecnológico digital, propostas de maquinário específico e agricultura de precisão, com destaque para os países asiáticos. Contudo, constatou-se que a maioria destas perspectivas e tendências ainda estão distantes da realidade brasileira, não sendo adotadas ou utilizadas, em especial por pequenos produtores.

Palavras-chave: Tecnologia produtiva, Análise bibliométrica, Agronegócio, Rizicultura, Desenvolvimento sustentável.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/UNESC

1471813 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A AVALIAÇÃO DO ENSINO NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRINCÍPIO FEDERATIVO

Pedro Henrique Cardoso Hilário¹, Michel Alisson da Silva²

¹Bacharel em Direito (bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UNESC, no período de agosto/2017 a julho/2018),

²Professor Mestre do curso de Direito (membro do Grupo de Pesquisa em Inovação, Educação e Empreendedorismo Social – GIEES e Grupo Acadêmico de Estudos Livres – GAEL),
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Av. Universitária, n. 1105, bairro Universitário, Criciúma – SC.

O federalismo consiste em uma das formas mais avançadas de organização dos Estados. O federalismo Norte-Americano é considerado o modelo clássico, bem como serviu de base para a implantação do mesmo no Brasil e em tantos outros países. Apesar da implantação definitiva se dar com a Carta de 1891, o Brasil Império já apresentava sinais da presença do federalismo. A evolução do federalismo, assim como da distribuição de competências no Brasil, remete para vários períodos de centralização e poucos de descentralização. A organização do Estado, sob a ótica do princípio federativo, nos leva a um conflito entre o que se espera em termos de uma política de Estado e uma política de governo. O conceito de Estado é comumente vinculado à sociedade. O Estado de bem-estar social surge no período pós-guerra como uma forma de garantir um mínimo de renda, saúde, educação e habitação para todos os cidadãos. No Brasil, foi apenas na Constituição Federal de 1988 que esses direitos foram consolidados como direitos fundamentais do cidadão. Dentro os direitos sociais está a educação. Para assegurar a implementação desse direito, surgem as políticas públicas educacionais, que dão voz à Constituição e visam à melhoria da qualidade da educação no Brasil. Com o intuito de averiguar os índices educacionais brasileiros, há os indicadores do IDEB, criado em 2007. Analisando os resultados, percebe-se os estados da região sul brasileira possuem especificidades próprias, fato que faz com que as metas educacionais sejam diversas para cada estado. Santa Catarina, de modo geral, destaca-se dentre os outros dois estados da região, porém, vê-se que os três estados estão com os resultados do IDEB aquém da meta. Há críticas relacionadas ao IDEB, pois o índice não retrata a real qualidade da educação brasileira, haja vista não levar em consideração uma série de variáveis. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa exploratória, com a revisão das bibliografias existentes sobre o princípio federativo, desde suas origens a forma atual de funcionamento considerando as distribuições de competências em matéria educacional hoje no país, além de estudar as formas de Estado e o Estado de bem-estar social e analisar as políticas públicas educacionais no Brasil, mais especificamente em relação aos resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos três estados da região sul brasileira.

Palavras-chave: educação; estado de bem-estar; federalismo; políticas públicas.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

3526275 ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL EM RELAÇÃO AO MERCOSUL: PERÍODO DE 2002 A 2015

Mayara Pereira De Souza¹, Samuel Henrique Colombo Da Luz¹

Curso De Ciências Econômicas¹
Universidade Do Extremo Sul Catarinense – UNESC¹

Na atualidade com o comércio entre os países altamente concorrido, uma vantagem competitiva, por menor que seja, pode ser um diferencial no mercado, como a formação de blocos econômicos. Por meio do Tratado de Assunção assinado em março de 1991, pelos presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em 2006 a Venezuela ingressa no bloco e em 2015 a Bolívia. Um pré-requisito para fazer parte do bloco, é estar associado à ALADI, Associação Latino-Americana de Integração. Deste modo, o Mercosul, caracteriza-se por ampliar e melhorar o ciclo de exportações entre os seus países-membros e tem como objetivo garantir a circulação livre de bens, de fatores produtivos e de serviços entre os países que fazem parte dele, na qual são impostas restrições não tarifárias para a livre circulação de mercadorias e por meio da abolição de barreiras alfandegárias. Diante da explanação tem-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as principais características da balança comercial entre os países membros do Mercosul em relação ao Brasil? O presente trabalho tem por objetivo identificar as relações comerciais do Brasil com os Estados Membros do Mercosul. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados disponíveis na ALADI e IPEA, no período de 2002 a 2015. A pesquisa classifica-se metodologicamente como aplicada com uma abordagem qualitativa com objetivo de pesquisa descritivo. Os resultados encontrados foram os seguintes: considerando as características do bloco: em extensão, corresponde a 78% do território da América do Sul, sendo que somente o Brasil equivale a 61% da extensão territorial. O bloco corresponde a 75,86% da população da América do Sul, e apenas o Brasil equivale a 68% da população total do Mercosul. Considerando as relações comerciais entre Brasil e Argentina, o saldo da balança comercial desde 2004 foi positivo, porém em 2014 e 2015 o saldo foi negativo, ou seja, tivemos mais importações para a Argentina do que exportações. O produto mais exportado são veículos com motor explosão e autopeças e o mais importado são os veículos com motor a diesel, para carga até 5 toneladas. Na relação com a Bolívia, o saldo da balança comercial, foi negativo em todos os anos analisados. O produto principal da importação é o gás natural e o produto mais exportado são as barras de ferro ou aço. A balança comercial com o Paraguai, Uruguai e Venezuela, tiveram resultado positivo em todo o período, sendo que os produtos mais importados são trigo, soja e carne (Paraguai), leite (Uruguai), naftas para petroquímica e ureia (Venezuela) e os produtos mais exportados são adubos e fertilizantes (Paraguai), óleos brutos de petróleo (Uruguai), carnes desossadas e congeladas bovinas e de frangos (Venezuela).

Palavras-chave: Blocos econômicos, balança comercial, exportação, importação.

1843478 DETERMINANTES DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO BRASIL ENTRE 1995 – 2013

Mayara Pereira De Souza¹, Anderson Correa Benfatto²

Curso de Ciências Econômicas¹
Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc¹
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico²
Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc²

Desde a década de 1990, às entradas de Investimento Estrangeiro Direto (IED) apresentaram um crescimento expressivo, acentuado no ano de 1995, com o Plano Real, impulsionados principalmente pelo aumento no número de privatizações geradas por políticas neoliberais do período, inserindo neste processo uma crescente desnacionalização da economia, além do tamanho do mercado interno e a criação do MERCOSUL. Há uma relação entre o investidor (empresa matriz) e a filial, designada de multinacional, assim, o investimento estrangeiro é considerado direto, quando este detém uma participação no capital de, no mínimo, 10%, e pode exercer influência sobre a gestão da empresa receptora. Com relação às variáveis que mais impactam no investimento externo, tem-se os fatores tradicionais tais como o nível do PIB, e sua taxa de crescimento. Diante do exposto se levanta a seguinte questão, quais os parâmetros das variáveis que afetam o Investimento Estrangeiro Direto no Brasil? Para responder tal questão, tem-se o seguinte objetivo geral que é avaliar quais os determinantes da entrada de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e em bases de dados disponibilizados no UNCTAD, e IPEA, delimitando o período de 1995 a 2013. Metodologicamente a pesquisa se classifica como aplicada com uma abordagem qualitativa com objetivo de pesquisa descritivo. Em relação aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas as seguintes variáveis: PIB brasileiro, consumo, formação bruta de capital fixo, taxa de câmbio e a taxa de juros Selic over. Foi utilizado o software EViews® para tabular e calcular variáveis macroeconômicas. Todas as variáveis foram submetidas a testes de hipóteses para verificar sua significância. O melhor modelo estimado foi: $\text{Log (IED)} = 0,724759 \text{ Log (PIB)} + 0,611815 \text{ Log (TAXA_DE_CAMBIO)} - 0,513439 \text{ Log (SELIC_OVER)}$. Os resultados encontrados foram os seguintes: com relação ao nível do PIB, a correlação encontrada foi positiva, já que a busca de mercados leva as empresas a investirem em atividades transfronteiras. A taxa de câmbio, e a taxa Selic também apresentaram os sinais esperados, ou seja, positivos. A relação taxa de juros e taxa de câmbio são inversamente proporcionais, e afetam de maneira oposta o IED, enquanto a taxa de câmbio afeta positivamente, a taxa de juros afeta negativamente a entrada de investimento estrangeiro direto no país. Ou seja, quanto maior a taxa de câmbio e menor a taxa de Selic, mais investimento as empresas vão atrair do exterior. No entanto, as variáveis consumo e formação bruta de capital fixo se mostraram insignificantes no modelo econométrico.

Palavras-chave: Taxa de juros, PIB, taxa de câmbio, econometria.

2161931 OS “NOVOS” DIREITOS DA NATUREZA E SEUS FUNDAMENTOS

Ana Carolina Rubim Rodrigues, Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Schumacher Wolkmer

UNESC (Curso De Direito, PIBIC/CNPQ-UNESC, UNACSA, “Em Busca De Novas Gramáticas Para Os Direitos Humanos”)

O conceito de Direitos Humanos desenvolveu-se, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial. A noção de que era imprescindível o desenvolvimento de um conceito jurídico que resguardasse direitos mínimos de existência se mostrava latente. Com o desenrolar da sociedade moderna, outras perspectivas de Direitos Humanos se apresentaram como necessárias, pois identificou-se que o conceito estava restrito a uma realidade de origem europeia e vinculado às suas peculiaridades, ignorando povos diferenciados. Ao elaborar uma pesquisa fundada na reinterpretação do conceito de Direitos Humanos, procurou-se apresentar uma nova gramática para o conceito. Refletiu-se a realidade latino-americana, identificando as falhas dos Direitos Humanos num contexto dispare ao de sua origem. Centralizou-se a pesquisa nos Direitos da Natureza, realinhando o conceito primário às realidades sociais de povos “periféricos”. Utilizou-se do método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico diversificado. No trilhar da análise, contextualizou-se sua origem e os seus fundamentos. Compreendeu-se que o fato jurídico que concede à natureza direitos provém de uma luta social indígena por este reconhecimento. Identificou-se que esses povos entendem os seres humanos como meros componentes de um sistema inter-relacionado de seres que convivem em harmonia, sendo todos parte de um organismo complexo. Comprovou-se que a natureza é um ser vivo que possui valores intrínsecos e autônomos do homem, inclusive com referências de outras teorias distintas da jurídica. Analisaram-se duas linhas de pensamento emancipatório: o pensamento descolonial e o pluralismo jurídico. O primeiro, ao desconstruir o *status quo* imposto pela colonização europeia do território latino-americano, demonstrou que os Direitos Humanos europeus não eram suficientes para proteger os povos periféricos; o segundo, instrumentalizou os Direitos da Natureza na esfera jurídica, proporcionando a absorção do direito indígena pelo ordenamento tradicional. Estabeleceram-se como conclusão os seguintes paradigmas: os Direitos Humanos tradicionais oriundos da concepção eurocentrista e antropocêntrica de mundo não são suficientes na atualidade; os Direitos da Natureza surgem como novo aporte teórico para suprir necessidades humanas, e não só humanas, mínimas e de sobrevivência; teorias emancipatórias foram ferramentas essenciais para a ruptura de engrenagens predominantes e porta de entrada para novas projeções de sociedade mais adequadas a uma realidade plural; a análise destes pontos basilares e os exemplos de sua concretização em outros países da América Latina gera modelos passíveis de serem seguidos na realidade brasileira, também plurifacetada e engessada a um ordenamento jurídico restrito às amarras de uma filosofia socioeconômica de origem europeia e norte-americana, onde os interesses do colonialismo e do neoliberalismo se sobrepõem às necessidades mais básicas de existência digna.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Novos Direitos, Direitos da Natureza, Constitucionalismo latino-americano, Pensamento Crítico.

Fonte financiadora: Universidade do Extremo Sul Catarinense, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-MCTI)

6388329 O PLURALISMO JURÍDICO NA AMÉRICA LATINA

André Luis Goulart Dias¹, Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer²

¹Acadêmico da 10ª fase do curso de Direito (bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UNESC),

²Formado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 1977). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UNISINOS (1980). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1983) e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 1992).),

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Av. Universitária, n. 1105, bairro Universitário, Criciúma – SC.

O Pluralismo Jurídico, embora possa ser compreendido de diversas formas, consubstancia-se no reconhecimento de que o sistema jurídico estatal não seja único e exclusivo dentro de determinado ordenamento, subsistindo, então, sistemas jurídico-normativos autônomos e independentes, levando em consideração fenômenos sociais e culturais. Assim, o presente trabalho pautou-se no estudo do surgimento e reconhecimento de tal possibilidade. Assim, o principal resultado e contribuição desta pesquisa foi a continuidade e aprofundamento do estudo acerca do tema, especificamente no que diz respeito à América Latina. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, visando identificar e aprofundar o estudo do fenômeno do Pluralismo Jurídico. O Pluralismo Jurídico, ao levar em consideração fenômenos sociais e culturais, admite a coexistência de sistemas jurídico-normativos alternativos ao sistema estatal. O Pluralismo Jurídico na América Latina está pautado em sistemas alternativos aos sistemas coloniais. Isto porque, com a colonização dos países do hemisfério sul foram trazidas diversas regras e sistemas prontos. Tal situação gerou e gera um conflito cultural. Por si só, a descolonização permitiu a existências de sistemas jurídicos próprios dos países colonizados. Contudo, ante a vasta diversidade social e cultural latino americana, ainda subsistem diferenças e peculiaridades de cada cultura, fazendo com que a concepção de um sistema unitário e centralizador do direito se torne insuficiente para tal realidade. Assim, foi analisada a evolução e surgimento de tal fenômeno, visto que o surgimento e reconhecimento de sistemas jurídicos alternativos ao sistema oficial estatal pode encontrar diversas barreiras. Notou-se no presente estudo “Pluralismo Jurídico, Interculturalidade e Constitucionalismo na América Latina” o avanço no estudo deste fenômeno promove a evolução do diálogo intercultural, como um instrumento de harmonia entre as diversas culturas e povos, bem como a “educação social libertadora” acarretando em um pensamento descolonizado e no fortalecimento da identidade latino americana.

Palavras-chave: Pluralismo Jurídico, Interculturalidade, Constitucionalismo , América Latina.

Fonte financiadora: Universidade do Extremo Sul Catarinense, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-MCTI)

5179912 A FRUTICULTURA NO SUL DE SANTA CATARINA

Lucas Lima Pereira¹, Nicole Victor Gomes²

¹Candidato À Mestre Do Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Socioeconômico – UNESC

²Mestre Em Desenvolvimento Socioeconômico - UNESC

A construção de novas ideias e de novos hábitos alimentares, impostos por grande parcela desta atual sociedade, faz com que os demais indivíduos existentes dentro da esfera social, conheçam, e sejam influenciados por uma nova percepção de sustentabilidade, modificando assim costumes comuns. É partindo desta lógica, uma nova demanda surge, trazendo consigo novos desafios para os setores que buscam se aprimorar para atender este novo mercado. A fruticultura é um dos segmentos da agricultura que vem se destacando nos últimos anos devido as novas tendências do mercado, pois a procura por alimentos mais saudáveis e menos processados é uma tendência crescente, que está associada a ideia de bem-estar, longevidade e qualidade de vida. No mundo, a fruticultura produz mais de 800 milhões de toneladas, o que representa 12% da produção total de produtos vegetais do planeta. Com uma área colhida de mais de 60 milhões de hectares, ou seja, 3,3% de todas as lavouras permanentes e temporárias juntas o setor de frutas gera mais de US\$230 bilhões por ano. No Ranking mundial, o Brasil ocupa o terceiro lugar, ficando atrás apenas da China e da Índia, o que mostra a importância deste setor para a economia do país. Santa Catarina se destaca como o sétimo maior produtor do país, mostrando a relevância deste segmento para economia do estado. O presente trabalho mostra a participação da região sul de Santa Catarina na produção de frutas (laranja, banana e uva) no estado, bem como o desenvolvimento econômico da cadeia produtiva de fruticultura entre os anos de 2005 a 2015 nos municípios de Balneário Rincão, Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. Para tanto, realizou-se uma pesquisa, de natureza quantitativa-descritiva, de acordo com a Produção Agrícola Municipal de Santa Catarina, segundo IBGE. Como resultados é possível identificar que a produção de frutas na região sul de Santa Catarina, apresentou gradativo aumento na produtividade das suas áreas de plantio nos anos analisados.

Palavras Chaves: Desenvolvimento econômico; cadeias produtivas; produção agrícola municipal.

5683777 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PRÁTICAS DE ORÇAMENTO EMPRESARIAL

João Vitor Fraton¹, Eduardo Tramontin Castanha¹, Carolina Citadin Milaneze¹, Denise Mendes Nunes¹, Manoel Vilsonei Menegali¹, Milla Lúcia Ferreira Guimarães¹, Kátia Aurora Dalla Libera Soratto¹, Andréia Cittadin¹

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (NECON – Núcleo De Estudos Contábeis).

Devido à globalização da economia as organizações precisaram adotar estratégias voltadas para a gestão dos negócios a fim de desenvolver diferenciais competitivos e permanecerem atuando de maneira economicamente sustentável. Com isso, a utilização do planejamento estratégico e plano orçamentário passaram a ser fundamentais para as funções de planejamento e controle nas organizações. Um dos aspectos mais importante do plano orçamentário é o planejamento estratégico, que pode ser descrito como um sistema que analisa os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças das organizações com intuito de traçar metas e estratégias (ANTHONY, 1970; ACKOFF, 1976; FREZATTI, 2010; LUNKES, 2010;). Por meio deste estudo, buscou-se realizar uma análise da produção científica sobre a temática Práticas de Orçamento Empresarial, no período de 2012 a 2017. No que se refere aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois buscou analisar a produção científica sobre as práticas de orçamento empresarial. A análise de dados ocorreu de forma qualitativa e no que se refere aos procedimentos realizou-se pesquisa bibliográfica. Para a seleção de artigos para análise, fez-se necessário inicialmente definir a palavras-chave, a saber: “Orçamento Empresarial”, “Práticas de Orçamento”. Posteriormente definiu-se a *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) como a base de dados, na qual foi realizada a busca de artigos, visto ser uma das bases mais relevantes para a área de Ciências Sociais Aplicadas no contexto nacional. A busca resultou em um portfólio de 64 artigos sobre a temática, posteriormente foram tabulados com o auxílio do software *Microsoft Excel*. Os resultados indicam que os 64 artigos que compõem o portfólio bibliográfico estão publicados em 47 periódicos, com destaque para; Revista Pensar Contábil com 4 artigos publicados (6,25%), Revista Universo Contábil com 4 artigos publicados (6,25%), Revista do Programa de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá, com 3 estudos publicados (4,69%), e por fim, 2 artigos publicados pela Revista Administração Contabilidade e Economia da FUNDACE (3,13%), os demais estudos estão distribuídos em periódicos distintos. Por meio de uma análise temporal no período de 2012 a 2017 verificou-se uma maior concentração de artigos no ano de 2014 com 18 publicações. O ano de 2017 apresentou o menor volume de artigos publicados, com apenas 4 estudos. O artigo intitulado: A influência do gênero, idade e formação na presença de heurísticas em decisões de orçamento: um estudo quase experimental, apresentou 5 citações, sendo o artigo mais citado entre os que compõem o portfólio. A pesquisa apontou que 92,19% das publicações apresentam mais de 1 autor. Pode-se perceber que as publicações se mostraram bem distribuídas em relação aos periódicos e uma evolução nas produções científicas referente a orçamento empresarial ao longo do período estudado.

Palavras-chave: Orçamento Empresarial, Planejamento Estratégico, Práticas de Orçamento Empresarial.



Fonte financiadora: PIBIC/CNPQ/UNESC (EDITAL N. 08/2017 UNACSA).

3727858 O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA À LUZ DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988

Paulo Ribeiro, Prof. Me. Daniel Ribeiro Preve

Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito (NUPED); Curso de Direito; Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Av. Universitária, 1105 - Bairro Universitário – Criciúma – SC

Os povos indígenas aparecem na história estigmatizados sob papéis que não condizem com sua indispensável participação na construção da chamada “identidade nacional” da *terrae brasiliis*. Por conseguinte, o processo de demarcação (ou reconhecimento) das terras indígenas também foi, por vultoso período de tempo, influenciado pela marginalização a qual foram eles submetidos. O presente trabalho, por oportuno, buscou trazer à discussão não apenas a Constituição Federal brasileira de 1988, que inovou ao reconhecer o indígena como efetivo sujeito de direitos, mas também a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, que preceituou a igualdade dos povos originários brasileiros a quaisquer outros povos. Para tanto, efetuou-se pesquisa bibliográfica em variadas produções sob o tema, adotando-se o método indutivo de abordagem, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Para Barbieri (2008), a Constituição de 1988 apresentou valorosa inovação “reconhecendo o direito às terras indígenas como direito originário, inalienável, imprescritível e indisponível”. Tal reconhecimento mostra sua relevância ao verificar-se não apenas a originariedade do direito à terra, mas também as demais prerrogativas de tal direito, mostrando, assim, a importância atribuída a ele pelo legislador constitucional. Entretanto, para a efetividade de tal garantia, primordial a existência de parâmetros de reconhecimento de alguém enquanto indígena. Filho (2009) entende que este reconhecimento se divide em dois estratos: auto-identificação e hetero-identificação, nas suas palavras: “[...] será considerado índio aquele que se entender como pertencente a um grupo indígena (auto-identificação) e, ao mesmo tempo, for assim reconhecido pelos demais membros daquela comunidade (hetero-identificação). Nota-se, destarte, que essa é uma decisão endógena do grupo e que não admite interferência externa ou definições manipuladas, arbitrárias ou artificiais de terceiros.”. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Santa Catarina possui hoje 28 (vinte e oito) terras indígenas, mas, na visão de Brighenti (2012), “praticamente todas as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas encontram-se tituladas em nome de terceiros” o que evidencia uma problemática maior: a de que Estado foi “o grande responsável por vender algo que não lhe pertencia”, e que se mostra incapaz de ir além do simples “reconhecimento da responsabilidade”. Parte de tal problemática que envolve a demarcação de terras indígenas pode derivar da competência exclusiva da União para tanto. Porém, a busca pela efetivação de um direito tão primordial como a terra muito embora encontre respaldo na legislação, não recebe a mesma sorte quando no ambiente da *práxis*, estando sujeita, também, às questões políticas. Assim, é primordial o desenvolvimento de políticas públicas voltadas não somente a dar início aos processos de demarcação das terras indígenas, mas também que tornem tais processos mais céleres.

Palavras-Chave: Direitos Indígenas, Demarcação de Terras, Santa Catarina, Direitos Humanos, Constituição Federal Brasileira 1988.

Referências

BARBIERI, Samia Roges Jordy. Os direitos constitucionais dos índios e o direito à diferença, face ao princípio da dignidade da pessoa humana. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. Direito ao desenvolvimento de comunidades indígenas no Brasil. 2009. 484 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Usp, Usp, São Paulo, 2009.

BRIGHENTI, C. A. . Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando.. (Org.). Etnohistória, História Indígena e Educação: Contribuições ao debate. 1ed. Porto Alegre: Palotti, 2012, v. 1, p. 255-278.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Discurso e o Poder. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1988.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil - a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis : EDEME, 1973, p. 54.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros: 2011.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3.ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

Fonte Financiadora: PIBIC/UNESC e Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito (NUPED)

1719424 PANORAMA DOS GRUPOS DE PESQUISA CREDENCIADOS AO CNPQ QUE ESTUDAM ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

Camila Machado Bardini¹, Melissa Watanabe

¹Universidade Do Extremo Sul Catarinense (Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Socioeconômico/PPGDS, Grupo De Pesquisa Em Inovação, Educação E Empreendedorismos Social/GIEES).

²Universidade Do Extremo Sul Catarinense (Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Socioeconômico/PPGDS, Grupo De Pesquisa Em Inovação, Educação E Empreendedorismos Social/GIEES).

Piketty (2014) apresenta o desenvolvimento como uma grande melhoria das condições de vida desde o século XIX, devido a fatores como serviços de saúde e educação. As demandas geram readaptação da economia, uma delas conhecida como economia criativa possibilita manifestar seus valores estratégicos otimizando as estruturas da economia (HOWKINS, 2001; CAVES, 2002; FLORIDA, 2002). Direcionando esse contexto à abordagem acadêmica, a economia criativa possui diversos elementos fundamentais que podem beneficiá-la, um deles por exemplo é a presença de uma grande instituição de pesquisa (FLORIDA, 2002, p. 291). A partir disso, compreende-se que a economia criativa é gerada com o auxílio das pesquisas universitárias. A informação que comprova esse contexto afirma que regiões com altos índices de criatividade comportam grandes instituições de pesquisa (FLORIDA, 2002). Mediante à isso, Andrade *et. al* (2014) abordam que para analisar se a economia criativa realmente encaminha-se como uma possibilidade de fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico, entende-se que especialmente no Brasil, ao observar o lócus dos estudos a partir de grupos de pesquisas, pode-se compreender como e por quais direcionamentos tais temáticas avançam no campo do conhecimento, bem como seus limites. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é a realização de um panorama dos grupos de pesquisa credenciados ao CNPq que estudam a economia criativa no Brasil. Para cumprir o proposto, utilizou-se de informações contidas na plataforma on-line do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o qual possui um subtópico designado como DGP - Diretório dos Grupos de pesquisa do Brasil, em que permite buscar informações sobre todos os grupos de pesquisas certificados do país. Nesse caso, a palavra-chave escolhida foi “economia criativa”. Assim, quanto aos procedimentos metodológicos empregados a essa proposta está a abordagem qualitativa com objetivo exploratório descritivo. Esta foi delimitada pela aplicação dos filtros “nome do grupo”, “nome da linha de pesquisa” e “palavra-chave da linha de pesquisa”, resultando um total de 96 grupos de pesquisa registrados. A partir desse primeiro resultado geral, selecionou-se os mais relevantes. Dentre os constatados fundamentais, estão nome do grupo, universidade, líder, área, ano de certificação, local, Unidade Federativa, contato, linha de pesquisa e número de pesquisadores. Subsequentemente à essa investigação, desenvolveu-se uma prévia das informações coletadas. De modo geral em uma primeira análise, notou-se que de 26 estados pertencentes ao Brasil são constatados 21 na presente busca, somados à 96 grupos de pesquisas, pertencentes à 46 universidades que comportam 2339 pesquisadores de diversas áreas, com diversas qualificações e títulos.

Palavras-chave: Diretório Grupos de Pesquisa, economia criativa, pesquisa científica.

Fonte financiadora: FAPESC.

5925622 NATUREZA DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS SOBRE CONTABILIDADE GERENCIAL ESTRATÉGICA

Vicente Pedro Antônio¹, Denise Mendes Nunes², Cleyton de Oliveira Ritta³

¹Graduado em Ciências Contábeis (UNESC) - E-mail: vicente@unescc.net

²Graduanda em Ciências Contábeis (UNESC) - E-mail: denise.mendes.n@gmail.com

³Professor do Curso de Ciências Contábeis (UNESC) - E-mail: cleyton@unescc.net

A Contabilidade Gerencial Estratégica (CGE) fornece informações contábeis para o desenvolvimento e o acompanhamento de estratégias organizacionais, no sentido de possibilitar uma “um olhar para fora” da organização, no que tange principalmente aos concorrentes, fornecedores e clientes (SIMMONDS, 1981; GUILDING, CRAVENS, TAYLES, 2000). Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é identificar as características da natureza (teórica x empírica) das pesquisas científicas sobre CGE nos artigos disponíveis em meio eletrônico na base de dados do Portal de Periódicos Capes até o ano de 2017. A pesquisa é caracterizada como descritiva de abordagem quali-quantitativa do tipo bibliométrica. Como procedimento de coleta, considerou-se os termos-chave Contabilidade Gerencial Estratégica e *Strategic Management Accounting*, resumo ou palavras-chave. Na sequência foram selecionados os artigos que apresentarem o conceito de Contabilidade Gerencial Estratégica em seu constructo teórico. O portfólio selecionado para análise da pesquisa totalizou em 33 artigos. Os resultados mostraram que 11 artigos são de natureza teórica (33,33%), enquanto 22 artigos são empíricos (67,67%). Os artigos de natureza teórica fazem uma revisão bibliográfica crítica sobre o papel da contabilidade gerencial estratégica quanto ao fornecimento de informações para: (i) formulação de estratégias de negócios, (ii) criação de vantagem competitiva, (iii) desenvolvimento de pensamento estratégico de gestores, (iv) enfrentamento da concorrência, (v) gerenciamento de clientes e (vi) elaboração de medidas financeiras e não financeiras na avaliação desempenho da organização e da concorrência. Além disso, alguns artigos dessa natureza discutem sobre as implicações teóricas (fatores subjacentes de sucesso ou insucesso) referentes aos processos de adoção e de implantação de práticas de contabilidade gerencial estratégica nas organizações. Por sua vez, dos artigos de natureza empírica, 12 adotam o método de estudo/multicaso e 10 o método de levantamento (*survey*) para avaliar as práticas de contabilidade gerencial estratégica nas organizações. Os estudos de caso/multicaso revelam relatos e detalhes sobre a funcionalidade das práticas gerenciais de contabilidade estratégica em um contexto específico, no intuito de evidenciar a sua importância, utilidade e aceitação no ambiente organizacional. As pesquisas do tipo levantamento discutem incidência de práticas de contabilidade gerencial estratégica em contextos mais ampliados como em grandes empresas, países, setores econômicos e segmentos de atividade econômica. Diante dos resultados, conclui-se que a contabilidade gerencial estratégica apresenta um vasto campo para o desenvolvimento de pesquisas teóricas e empíricas, visto que os estudos identificados indicam a existência de carência de pesquisas que discutam o alcance conceitual das práticas gerenciais, bem como a sua utilidade e benefícios no processo de gestão nas mais diversas organizações.

Palavras-Chave: Controle Gerencial; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Gerencial Estratégica.

Fonte financiadora: PIBIC/CNPQ/UNESC (EDITAL N. 08/2017 UNACSA).

6292445 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: DIFERENÇAS ENTRE O REUNI E O PROUNI

Letícia Manique Barretto, Leonardo Zamparetti, Gabriel Dario, Kelly Gianezini

UNESC (Grupo de Estudos sobre Universidade/ Direito)
UNESC (Grupo de Estudos sobre Universidade/ Direito)
UNESC (Grupo de Estudos sobre Universidade/ Direito)
UNESC (Grupo de Estudos sobre Universidade/ PPGDS)

Este estudo está vinculada à linha de pesquisa “Políticas Públicas e Ensino Superior”, e é resultado de trabalhos anteriormente desenvolvidos, que culminaram na investigação deste objetivo. Entende-se este necessário, diante da existência de políticas públicas e ações afirmativas voltadas para o ensino superior que influenciam o acesso e impactam no cotidiano das instituições. O objetivo é realizar a diferenciação entre programas governamentais, que possuem como característica, ser uma política pública de caráter universal e uma política pública de ação afirmativa. Para a realização deste objetivo serão estudados o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), assumindo o Reuni como política pública de caráter universal e o ProUni como política pública de ação afirmativa. Metodologicamente, esta pesquisa apresentar-se-á da seguinte forma: (a) inicialmente, irá constar uma breve conceituação de políticas públicas, mostrando seu contexto histórico, seus campos de atuação — focando principalmente no ensino superior — e elencando seus atores sociais; (b) em um segundo momento, buscar-se-á, sucintamente, discorrer sobre ações afirmativas e seus conceitos a fim de obter uma definição, identificá-la como vertente das políticas públicas ou como ação decorrente de entes privados, bem como inseri-la no contexto do ensino superior atual; e (c) num terceiro momento e como foco deste trabalho, analisar-se-á as diferenças entre políticas públicas e ações afirmativas e como essas se configuram no ensino superior brasileiro nos dias atuais. Serão para isso utilizados os exemplos citados anteriormente, os quais foram selecionados por facilitarem o acesso às universidades que dispõem e/ou aderem a políticas públicas e ações afirmativas e de programas e diretrizes nacionais que, por sua vez, são aqui considerados como políticas públicas. Ressalta-se que o paralelo foi executado por meio de três eixos: nomenclatura (que engloba a questão conceitual); população atingida; e com o avanço da pesquisa, inclui-se como diferenciação a forma de aplicação do capital, com vistas a promover a diferenciação entre os programas governamentais. Ao restringir sua abrangência a uma determinada parcela social, uma ação afirmativa consegue trabalhar questões pontuais, de demandas sociais específicas. Ressalta-se que comungam de igual importância as chamadas políticas públicas educacionais universais, uma vez que proporcionam novos desdobramentos à educação como um todo. Durante a execução da pesquisa, percebeu-se a presença de críticas referentes aos programas supracitados, deixa-se, assim, em aberto para a continuidade da pesquisa.

Palavras-chave: Programas Governamentais, Educação Superior, Instituições de Ensino Superior.

Fonte financiadora: A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Pró-Reitoria Acadêmica



(PROACAD) pelas bolsas de iniciação científica (PIBIC/UNESC), ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC) e ao Grupo de Estudos sobre Universidade da UNESC (GEU/UNESC) pelo apoio e financiamento na realização da pesquisa.

9692282 PESQUISA DE QUALIDADE COM CONSUMIDORES ASSOCIADOS E EX-ASSOCIADOS: O CASO DO CLUBE NOSSA HORTA EM CRICIÚMA - SC

Christian Da Silva Lima, Camila Machado Bardini, Melissa Watanabe

Universidade Do Extremo Sul Catarinense (Curso De Administração De Empresas).
Universidade Do Extremo Sul Catarinense (Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Socioeconômico/PPGDS, Grupo De Pesquisa Em Inovação, Educação E Empreendedorismos Social/GIEES).

Universidade Do Extremo Sul Catarinense (Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Socioeconômico/ PPGDS, Grupo De Pesquisa Em Inovação, Educação E Empreendedorismos Social/ GIEES).

O hábito alimentar das pessoas está elevando seu nível de exigência e se direcionando a características saudáveis. Assim, faz-se necessário que a produção e comercialização dos alimentos se modifiquem, impactando nos produtores de alimentos. A iniciativa Clube Nossa Horta, foco do presente estudo, nasceu objetivando a inclusão produtiva dos pequenos agricultores rurais de alimentos orgânicos, unindo eles aos consumidores conscientes como forma de associação, de maneira que o consumidor se associa ao clube pagando uma mensalidade e recebe produtos orgânicos de acordo com o plano escolhido. O objetivo do presente trabalho é analisar como os consumidores associados e os que já foram associados, percebem o Clube Nossa Horta na região de Criciúma, Santa Catarina. Com o intuito de constatar fatores que possam ser melhorados no empreendimento Clube Nossa Horta, buscando agregar qualidade, maior satisfação dos associados e consequentemente sustentabilidade financeira. De caráter exploratório descritivo e realizando uma abordagem qualitativa, foram efetuadas ligações telefônicas a partir de uma listagem disponibilizada pela empresa em questão. Foram desenvolvidos dois instrumentos que apresentavam um rol com perguntas fechadas e aproximadamente 3 perguntas abertas, que foi validado pelo gestor do Clube. A primeira etapa foi realizada com os associados, de forma que os resultados obtidos por meio dos questionários foram satisfatórios. Dentre eles, encontram-se destacados a qualidade dos produtos, comprometimento de entrega, bem como a consciência de pagar a mais por um pacote que inclui não só produtos orgânicos, mas o conforto de recebê-los em casa e ainda auxiliar na inclusão produtiva de pequenos produtores rurais. Já a segunda etapa da pesquisa que foi realizada com os ex-associados não obteve resultados tão satisfatórios quanto o da primeira, em relação a percepção do valor agregado que a proposta entrega. Entretanto, pode-se a partir das informações destes ex-associados, visualizar de forma clara vários aspectos com possibilidades de melhorias. Dentre tais resultados, encontram-se destacados a impossibilidade da escolha dos produtos que vinham na cesta, o preço elevado, a falta de opção de produtos, a repetição destes por semanas consecutivas, a baixa quantidade de produtos e poucas opções de planos mensais. Outros pontos obtidos como resultados dessa etapa que apareceram, porém com menor incidência foram o recebimento de produtos que já se encontravam avariados, a falta de adequação com os planos que o Clube apresentava, dúvidas sobre a procedência do produto que resultava na falta de confiabilidade e também o pouco tempo de habitação nas residências, que gerava sobras das cestas que recebiam e consequentemente o desperdício dele. Por fim, a maioria dos ex-associados deixam claro o interesse pelo



recebimento das novidades propostas pelo Clube como os novos planos e métodos implementados, enfatizando que alguns estão de fato se associando novamente.

Palavras-chave: Cadeias curtas, produtos orgânicos, consumidores.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – UNESC.

8996946 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DAS CAPITAIS DO ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Eduardo Camargo Prado¹, Igor Martello Olsson², Melissa Watanabe²

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense (Engenharia Civil)

²Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS)

O uso e mudança do uso da terra pode ser compreendido pelo modo como é usada a cobertura vegetal das áreas. Nesse contexto, são consideradas modificações naturais ou antrópicas, aquelas provenientes de atividade humana e que estão ligadas às questões sociais, culturais ou econômicas de determinado grupo populacional. Com base no caráter finito das áreas agricultáveis e a expansão das atividades nelas exercidas, pode-se observar constante processo de pressão por substituição de áreas, sejam elas matas, produções agrícolas, pastagens ou expansão das zonas urbanas/construídas. Em um contexto em que a demanda por produtos agroindustriais é crescente, é importante compreender de que forma essa modificação dos espaços naturais ocorre e como se modificam ao longo do tempo. De caráter quantitativo, bibliográfico documental e descritivo-explicativo, o presente trabalho busca identificar os níveis de diversificação agrícola nas regiões metropolitanas de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre no período de 1990 a 2016. Para tanto, foram levantadas informações a nível municipal de áreas plantadas (lavouras temporárias) e destinadas a colheita (lavouras permanentes) para desenvolvimento do índice de diversificação agrícola conforme disposto por Leff, Ramankutty e Foley (2004). Foram considerados 37 lavouras permanentes e 33 lavouras temporárias de 29 cidades da zona metropolitana de Curitiba – PR, 22 cidades da zona metropolitana de Florianópolis e 34 cidades da zona metropolitana de Porto Alegre, seguindo caracterização estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de 1990 a 2016. As zonas metropolitanas possuem características de diversificação distintas, observando-se processo de homogeneização produtiva nas áreas analisadas, mas com tendência ao aumento da diversificação agrícola na zona metropolitana de Porto Alegre. Esse processo pode ser considerado como resultado do processo de expansão das áreas urbanas e diminuição das áreas produtivas monocultoras. A possível tentativa de destinação dos produtos para o mercado regional pode, também, exercer significativa influência no processo de organização das áreas produtivas e expõe áreas naturais a pressões externas.

Palavras-chave – Áreas agrícolas, espaços naturais, socioeconômica.

Fonte financiadora

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – UNESC.

Referências:

LEFF, B.; RAMANKUTTY, N.; FOLEY, J. A. Geographic distribution of major crops across the world. **Global Biogeochemical Cycles**, Washington, v. 18, n. 1, p. GB1009, 2004.

Não deverá ser inserido na versão final, apenas para apreciação.

2819198 POTENCIAL DE INOVAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE TINTAS LOCALIZADA EM CRICIÚMA – SC

A Heloisa Mello De Oliveira¹, Júlio Cesar Zilli², Adriana Carvalho Pinto Vieira³, Michele Domingos Schneider⁴

¹ UNESC (GENITT/Colégio UNESC/ Criciúma – SC)

² UNESC (GENITT/Curso de Administração/ UNESC / Criciúma – SC)

³UERJ(Pesquisador Colaborador/ Rio de Janeiro - RJ)

⁴ UNESC (GENITT/Cursos Tecnológicos/ UNESC / Criciúma – SC)

O desenvolvimento da cultura de inovação nas organizações, tem-se mostrado atualmente, como um grande desafio das organizações e o maior problema que líderes de empresas enfrentam é decorrente a inovação. Várias empresas não crescem, ou não conseguem estabelecer diferenciais competitivos, por não conseguirem inovar seus produtos, suas formas de produzir. Mesmo dispondo de tecnologia, é preciso alterações na cultura da organização para a inovação. Algumas empresas estão desenvolvendo formas e ideias para crescer o desenvolvimento e a capacidade de inovar entre os funcionários e os setores trabalhados. Para isso, líderes estão proporcionando palestras sobre assuntos como o crescimento, a inovação e o desenvolvimento, abrangendo mais tecnologia em vários setores, procurando funcionários criativos e com pensamentos ligados a desenvolvimento e inovação. O presente estudo apresentou como objetivo investigar a cultura de inovação desenvolvida em uma empresa do segmento de fabricação de tintas, localizada no município de Criciúma – SC. O estudo utilizou da pesquisa bibliográfica, tendo como recurso bibliográfico o livro “O poder da Inovação – Como alavancar a inovação na sua empresa” de Luiz Serafim (2011). Foi realizado um estudo de caso, na empresa em questão e utilizou-se de um questionário contendo 12 questões abertas, que foram respondidos por funcionários envolvidos nos processos de inovação. A pesquisa utilizou-se da abordagem essencialmente qualitativa. Os resultados apontam para uma definição clara na organização do conceito de inovação, tanto no tocante a invenção ou modificação em produtos ou em processos, seja este processo produtivo ou de gestão, marketing, prestação de serviços, entre outros, que tenham impacto de melhoria na realização do nosso trabalho, ou que facilite a vida das pessoas que utilizam nossos produtos, ou seja, que geram resultados e benefícios para nossos clientes e que contribua com a evolução da sociedade e meio ambiente. Observou-se que os objetivos da inovação estão definidos e alinhados entre a empresa e seus colaboradores. As invenções chegam ao status de inovação, ganhando o mercado consumidor, sendo considerado o desempenho na geração e implementação de novas ideias, como acima da média. A empresa investe constantemente em tecnologia, gerando inovações constantes, fator este que agrega valor a linha de produtos e ganhos de produtividade aos clientes. A empresa estimula a criatividade das equipes de trabalho por meio de Programa de Grupos de Melhorias de Processos (GMPs), capacitações, participações em feiras e congresso nacionais e internacionais, parceria com universidades, etc. A parceria entre a empresa e a universidade é um fator que precisa ser estimulado, segundo a empresa. Mas é notório o comprometimento com a comunidade e o meio ambiente. Por meio da pesquisa, foi possível observar o poder na inovação na organização, como fator de desenvolvimento, agregação de valor aos produtos, clientes e a própria organização.



Palavras-chave: Inovação, Cultura Inovadora, Tecnologia.
Fonte financiadora: PIBIC Júnior/CNPq e UNESC.

9393790 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE O CUSTEIO DO CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS

Denise Mendes Nunes¹, João Vitor Fratoni¹, Eduardo Tramontin Castanha¹, Carolina Citadin Milaneze¹, Manoel Vilsoni Menegali¹, Milla Lúcia Ferreira Guimarães¹, Cleyton de Oliveira Ritta¹, Andréia Cittadin¹

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (NECON – Núcleo De Estudos Contábeis)

O surgimento e desenvolvimento de métodos produtivos fomentaram transformações globais, como abertura de mercado. De forma mais abrangente, alterou o modo e velocidade no qual criação e desenvolvimento de inovação tecnológica ocorrem e a dinâmica de competitividade. Tais alterações requerem dinamicidade, flexibilidade, inovação e precisão, no que tange o planejamento, investimentos e estratégias das organizações, de modo a adaptarem-se às relações de competitividade, regulamentação e exigências de mercado, por maior qualidade de produtos e serviços. Assim, a análise do ciclo de vida dos produtos apura seu custo total ao longo da fabricação, vendas e lucros, até a retirada de circulação e descarte, o que permite a redução dos riscos de perda e prejuízo para as organizações. Além disso, o crescente interesse da sociedade acerca da gestão ambiental, impactos causados ao meio ambiente e aumento da produção científica sobre o tema, justificam a pesquisa. Diante desta contextualização, o objetivo da publicação foi analisar o perfil da produção científica em relação ao ciclo de vida dos produtos nos Anais do Congresso Brasileiro de Custos (CBC) e na *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), no marco temporal estabelecido entre 1995 e 2018. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa e revisão sistemática da bibliográfica existente nas bases de dados. Foram encontrados 281 artigos e após a leitura dos títulos, resumos e em alguns casos do artigo completo, 16 trabalhos dos Anais do CBC e 18 da base SPELL foram selecionados. Os resultados demonstraram que, a abordagem qualitativa (62%) e estudo de caso (44%) são os enquadramentos metodológicos mais comuns no portfólio. Houve evolução do tema de pesquisa após a regulamentação do Decreto nº 7.404 sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, 50% das publicações encontram-se entre 2011 e 2018. As publicações apresentam alto grau de qualidade segundo a classificação CAPES de revistas e eventos. O Congresso Brasileiro de Custos é classificado com o grau mais elevado, E1, e as revistas em que os artigos foram originalmente publicados, encontram-se entre a estratificação A2 e B3, de alto à médio grau de qualidade. Foram encontrados 103 autores entre as 34 publicações analisadas, 96 aparecem em uma publicação e 7 deles, em duas ou mais. Além disso, 82% das publicações apresentam 3 ou mais autores, o que demonstra alto grau de colaboração em relação ao tema. Entre os autores que mais aparecem, 71% possui doutorado ou pós-doutorado, o que coaduna à qualidade publicações. Conclui-se que alteração na legislação, o aumento do interesse da sociedade acerca de questões ambientais e a necessidade de empresas em obter vantagem competitiva, impulsionaram as produções acadêmicas sobre o ciclo de vida dos produtos, atendendo a demanda referente ao tema.

Palavras-chave: Ciclo de vida, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Gestão ambiental, NBR ISO 14040, NBR ISO 14044.

Fonte financiadora: PIBIC/CNPQ/UNESC (EDITAL N. 08/2017 UNACSA).

5542820 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SANTA CATARINA

Leonardo Zamparetti De Queiroz, Letícia Anselmo Manique Barretto, Gabriel Dario Barbosa, Laura Zandavalle Zopelaro, Kelly Gianezini

UNESC (GEU/Curso de Direito) UNESC (GEU/Curso de Direito) UNESC (GEU/Curso de Direito) UNESC (GEU/Curso de Direito) UNESC (GEU/PPGDS)

Este projeto está alinhado à linha de pesquisa “Educação Superior e Políticas Públicas” e é fruto de trabalhos desenvolvidos anteriormente. As universidades possuem um importante papel na sociedade: ao associar pesquisa, ensino e extensão, modificam seu entorno em prol do melhoramento de seu grupo de alcance, e neste contexto, para o fomento das Instituições de Ensino Superior (IES), tem-se a utilização de políticas públicas. As políticas públicas voltadas para a área educacional possuem diferentes frentes de trabalho, podendo atuar facilitando o acesso a uma IES, na expansão estrutural das instituições, na interiorização dos campi e na permanência estudantil. O objetivo deste artigo é explanar sobre o surgimento de instituições voltadas para a educação superior, no país e, especificamente, em Santa Catarina (SC), como ocorreu sua interiorização, tal como as consequências destes processos. Em um segundo momento, objetivou-se conceituar sucintamente as políticas públicas, pontuar as medidas de maior expressão, interpretando-as como parte da facilitação do acesso do jovem à universidade no século XXI e da possibilidade da educação continuada. Para tanto, esta pesquisa utilizou-se de: i) uma pesquisa bibliográfica buscando explanar concisamente os conceitos de políticas públicas e universidade, na busca da contextualização do tema; e ii) uma análise e síntese dos dados da educação ofertados pelas pesquisas dos órgãos governamentais. Ao seguir esta metodologia, a pesquisa será apresentada logicamente da seguinte forma: a contextualização histórica, em um segundo momento a interiorização das IES em SC, seguida pelos conceitos já mencionados e findando nos reflexos das políticas públicas em SC. A temática apresentada demonstra que por meio da produção de conhecimento e das atividades de extensão, a universidade ultrapassa um limite antes restrito, alcançando aqueles sujeitos de direitos que antes estavam em condição periférica ao ensino superior. Assim, a universidade contribui para uma cidadania mais ativa por parte dos estudantes e para a produção de novos saberes, que se aplicam diretamente ao convívio social. Pode-se dizer que as IES são um organismo vivo, o qual é dotado de inteligência e capaz de envolver tanto o indivíduo que nele existe, quanto o ambiente em que vive. É notável a influência do saber e a transformação que ele causa em diversos níveis.

Palavras-chave: Universidade, Ensino Superior, Interiorização.

Fonte financiadora: A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Pró-Reitoria Acadêmica (PROACAD) pelas bolsas de iniciação científica (PIBIC/UNESC), ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC) e ao Grupo de Estudos sobre Universidade da UNESC (GEU/UNESC) pelo apoio e financiamento na realização da pesquisa.

4984528 A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E A ESTRUTURA DE TRABALHO DE EQUIPES AUTÔNOMAS

Tamara Sarate Bobsin¹, Silvio Parodi Oliveira Camilo²

PPGDS – UNESC¹
PPGDS - GECOMD – UNESC²

O campo de estudo Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), com ênfase no ambiente laboral, passou a conquistar espaço no mundo do trabalho no início da década de 1970. O constructo teórico QVT, com a evolução dos estudos, foi se definindo e evoluindo a partir de uma simples variável a um importante instrumento efetivo gerencial. A QVT tem recebido atenção das organizações, pois está intimamente relacionada a fatores comportamentais dos indivíduos. Nesse sentido, conhecer as causas de problemas de ordem comportamental é uma maneira de evitar desgastes internos e alinhar os indivíduos aos objetivos organizacionais. A literatura tem investigado aspectos distintivos comportamentais, o desenvolvimento laboral com e sem a presença de um superior. Interessa neste estudo explorar a perspectiva de equipes autônomas, as quais são constituídas por grupos de pessoas que desenvolvem trabalhos sem a presença de um chefe, tomando as decisões e assumindo a responsabilidade pelas tais. Essas equipes têm o foco voltado para a inovação, estruturas flexíveis e valorização do indivíduo no contexto de trabalho. O indivíduo é visto como parte fundamental no processo de trabalho, onde há autonomia no desenvolvimento das atividades e comprometimento com o desempenho e qualidade do processo. Partindo dessa premissa, este trabalho teve como objetivo desenvolver um comparativo entre indicadores dos modelos de QVT e os pressupostos do modelo de equipes autônomas de trabalho, investigando se há a presença dos indicadores de modelos de QVT nos modelos de equipes autônomas. A partir de revisão bibliográfica nas bases de dados indexadas Scielo, Lilacs e Google Acadêmico, buscou-se por palavras-chave representativas das temáticas estudadas e estruturou-se categorias de análise. Quanto aos fins, este trabalho se caracterizou como pesquisa exploratória. Dentre os indicadores presentes no modelo de equipes autônomas, pertencentes aos indicadores de QVT, foram encontrados os indicadores de bem-estar de forma geral, relações interpessoais, flexibilidade, autonomia (base das equipes autônomas), realização pessoal e sentimento de pertença, treinamentos, cultura, clima e remuneração e benefícios. Dentre o referencial teórico pesquisado, alguns dos indicadores de QVT no trabalho não foram encontrados nos modelos de equipes autônomas, como saúde e segurança no trabalho, lazer e descanso, infraestrutura e demanda de trabalho adequada. Os dados sugerem que o segmento da organização pode ser influente nos fatores mais importantes nas percepções das equipes autônomas. O estudo traz como contribuição teórica a ampliação da visão do modelo de equipes autônomas, enquanto uma estrutura de trabalho alternativa ao modelo convencional implantado nas empresas. Sugere-se ampliar estudos acerca do tema, bem como, desenvolver pesquisas que visem identificar o motivo da ausência dos fatores que compõem os indicadores de QVT supracitados.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho, Grupos de trabalho, Autonomia laboral.

6364799 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES NA INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CRICIÚMA/SC (2002-2016)

Patrícia Mariano¹, Giovana Ilka Jacinto Salvaro²

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil

²Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de iniciação científica que teve como objetivo analisar a participação de trabalhadoras/es na indústria da confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios da microrregião de Criciúma/SC nos anos de 2006 a 2016. Trata-se de um estudo exploratório, bibliográfico e documental. A pesquisa documental relativa à participação de trabalhadoras/es no mercado de trabalho formal, nos anos de 2010-2016, foi realizada por meio do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), uma base estatística disponibilizada pelo Ministério do Trabalho. Os dados reunidos e analisados a partir de uma estatística descritiva e comparativa por sexo no decênio citado, período disponibilizado para consulta na base utilizada, no segundo semestre de 2017. Em todo o período estudado, cerca de 80% da força de trabalho empregada pelo setor foi composta por mulheres e a faixa etária dos/as trabalhadores/as predominou entre 18 a 39 anos. No que tange à escolaridade, destaca-se um aumento progressivo do número de trabalhadoras/es do ensino fundamental ao ensino médio completos, assim como uma significativa população com o ensino médio concluído na década analisada. Já a faixa salarial, houve um predomínio de remuneração de 0,51 a 3,00 salários mínimos no setor durante todo o período. O número elevado de trabalhadoras no setor corrobora com discussões produzidas em estudos que dizem ser a indústria do vestuário historicamente um setor feminizado, de acordo também com as premissas que os baixos salários e escolaridade são prerrogativa de contextos de trabalho precarizados. Outra constatação foi o aumento do grau de escolaridade no período de criação de políticas públicas de educação no Brasil, fato que também é visto como dispositivo para manutenção do capital através da qualificação para o trabalho, uma vez que não se verificou uma mudança da faixa salarial predominante no setor, ou seja, questiona-se se os/as trabalhadores/as seriam os/as primeiros/as a se beneficiariam com o aumento da escolaridade. O levantamento de dados realizado neste trabalho contribuiu para a definição de outros objetos de estudos e projetos, assim como para o reconhecimento de temas relativos à indústria do vestuário que necessitam de mais discussões pela perspectiva de gênero.

Palavras-chave: trabalho, gênero, indústria do vestuário.

Fonte financiadora: PIBIC/UNESC Edital N° 08/2017.

6921779 O TRABALHO FORMAL NAS COOPERATIVAS DO SUL CATARINENSE

Max Richard Coelho Verginio, Patrícia Jovita Domingos Miguel, Dimas de Oliveira Estevam

Universidade Do Extremo Sul Catarinense (UNESC).
Grupo De Pesquisa Interdisciplinar Em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar E Educação Do Campo (GIDAFEC).

O cooperativismo surgiu como um movimento social e econômico alternativo às desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista no início da Revolução Industrial. Atualmente, está presente nos mais diversos segmentos econômicos (agricultura, indústria, comércio, crédito e serviços). Sendo a cooperativa uma sociedade de pessoas que visa resolver os problemas enfrentados pelos associados, contudo, nas últimas décadas as cooperativas passaram a contratar trabalhadores de forma expressiva, embora esse não é o objetivo das cooperativas. Com a intenção de compreender o papel desempenhado pelas cooperativas na geração de empregos formais no sul catarinense, busca-se nesse resumo verificar a quantidade e a diversidade de postos de trabalhos gerados, a remuneração, entre outras questões vinculadas ao trabalho formal em cooperativas. O objetivo do presente resumo é analisar o trabalho formal em cooperativas do sul catarinense. Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foi o exploratório-descritivo sobre a geração de postos de trabalho nas cooperativas do sul catarinense. As informações foram obtidas nas bases de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), complementadas pelos Microdados da RAIS, disponibilizado pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET). Os resultados sobre a geração de empregos, no Sul Catarinense, em 2007 o número de vínculos ativos era de 2.598, dez anos depois (2016) subiu para 4.899, um crescimento acumulado de 88,57%, concentrados em quatro municípios que representam: 52,48% dos vínculos de trabalhos gerados (Criciúma 16,59%, Turvo 13,63%, Jacinto Machado 11,91% e Forquilha 10,36%). As principais atividades econômicas exercidas pelas cooperativas, são a distribuição de energia elétrica (22,32%), crédito cooperativo (16,21%), beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz (14,60%), atividades de atendimento hospitalar (9,54%), extração de carvão mineral (9,29%) e planos de saúde (5,22%). Verificou-se, também que os vínculos de empregos gerados apresentam níveis de escolaridade e remuneração acima da média, quando comparados com os empregos gerados pelas empresas do setor privado, além disso, se constatou que os empregos gerados pelas cooperativas são mais estáveis durante as crises econômicas.

Palavras-chave: Trabalho formal, Mercado de trabalho, Cooperativismo.

Fonte financiadora: Plano de trabalho - Edital Nº 08/2017 - UNACSA.

6959342 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA TÉCNICA

Eliane Vanildo da Silva, Maria Izanete da Rosa Martins

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

O ensino técnico no Brasil existe há mais de cem anos. Em 1909 foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, cujo público-alvo eram os jovens de classes sociais mais baixas e cujo objetivo era principalmente a inclusão social desses jovens. Após esse período, houve uma evolução gradativa e uma série de desenvolvimentos que foi garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.204/61). Grabowski e Ribeiro (2010, p.279), destacam que “urge conceber ainda a educação profissional, na perspectiva estratégica de política, como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, de geração de trabalho e renda, dentre outras dimensões de natureza pedagógica e social”. Diante dessa afirmação faz-se uma reflexão sobre a função social da escola técnica e como esse tipo de ensino pode diminuir as desigualdades sociais. Este trabalho objetivou fazer uma análise sobre a função social da escola técnica através de uma pesquisa com uma amostra de 81 egressos do ano de 2017, dos cursos de técnicos em administração, alimentos, comércio, informática e edificações de uma Escola de Criciúma, SC. A pesquisa foi desenvolvida segundo as orientações do enfoque qualitativo. Os dados foram coletados através de um questionário on-line com perguntas objetivas e a análise dos mesmos assumiu um enfoque, predominantemente descritivo/reflexivo. Os resultados sugerem que 70% dos inquiridos afirmam que o curso técnico que concluíram está lhes proporcionando oportunidades de trabalho e renda, oferecendo assim, mais condições de inserção social. Esse resultado, longe de ser conclusivo, amplia nossa compreensão a respeito da função social da escola técnica, fornecendo um conjunto de informações relevantes observados nas demais questões da pesquisa. Assim, o ensino técnico não é apenas uma determinada forma de articular as relações entre formação geral e formação específica e abrangem uma série de mudanças de no ensino médio, tendo em vista as novas demandas por qualificação profissional no mercado de trabalho, cujos efeitos sobre a educação dos jovens e sua vida social são objeto de preocupação. O Brasil é conhecido por ter um dos mais elevados níveis de desigualdade no mundo e isso está intimamente ligado à educação (Ferreira & Paes de Barros, 2000), portanto, se o ensino técnico reduz as demandas por equidade social e contribui para melhorar o nível de inserção social, está cumprindo sua função social. Conclui-se que a educação em nível técnico é importante, e tem a sua função social. Contudo para um melhor resultado, deve haver uma sintonia com a necessidade produtiva do país, e, além disso, o desenvolvimento de políticas de incentivo por parte do governo.

Palavras-chave: Ensino técnico, Inserção Social, Mercado de Trabalho.

1567942 A FUNÇÃO SOCIAL EMPRESARIAL FRENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA

Claudia, Bauer Gonçalves, Angélica Pereira Possamai, Yduan de Oliveira May

UNESC (Núcleo de Pesquisa em Direito e Inclusão Socioeconômica – DISE)

A presente pesquisa teve como objetivo geral o estudo da função social exercida pelo setor empresarial frente a concretização de políticas públicas de inclusão socioeconômica. Para isso, parte-se da ideia de que no Estado de Bem-Estar Social o trabalho assume um caráter fundamental para a garantia da dignidade humana, pois através do trabalho digno garante-se distribuição de riquezas, tornando-se, por isso, um dos mais importantes instrumentos de inclusão socioeconômica. Nesse sentido, as políticas públicas que garantem a igualdade de oportunidades, juntamente com o incremento de empregos formais, numa perspectiva macro-econômica, são as melhores e mais efetivas ações afirmativas da dignidade da pessoa humana e cumprem com os direitos socioeconômicos presentes no art. 170 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, tendo como, entre outros, os aqui destacados princípios: função social da propriedade; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego. Diante disso, o setor empresarial tem uma importante função social a ser exercida, estritamente ligada à concretização das políticas públicas de inclusão socioeconômica, instituídas por legislações, de forma sistematizada, as quais determinam a inclusão da pessoa com deficiência; a criação de estímulos ao primeiro emprego; o acesso da mulher ao mercado de trabalho sem condutas discriminatórias nas relações; oportunização ao idoso ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. Tais políticas públicas que regulam o quadro de funcionários da empresa com caráter de inclusão socioeconômica têm como objetivo o desenvolvimento social e econômico pleno do país, pois há distribuição de riquezas por meio do rompimento de obstáculos que impedem o alcance deste objetivo, por meio da valorização da diversidade social, o que faz com que grupos excluídos ou minorias conquistem seu espaço socioeconômico, tornando o setor empresarial pluralizado, garantindo a igualdade de oportunidades, distribuição de riquezas, e por fim, a própria justiça distributiva. Para tal pesquisa adotou-se o método dedutivo, com a forma de abordagem qualitativa, com objetivo exploratório, por meio do procedimento técnico bibliográfico. Concluiu-se, dentro desta perspectiva, que o Estado cumpre seu papel regulatório, normatizando políticas públicas de inclusão socioeconômica, mas é no setor privado, por meio das empresas, que se cumpre tais políticas, assumindo as empresas um dever coletivo, a chamada função social empresarial, pois a ela não cabe somente à distribuição de bens (venda de produtos), mas também de riquezas (garantia de renda) através do cumprimento de políticas públicas específicas, que têm o papel não somente de pluralizar o ambiente empresarial, mas principalmente o de incluir socioeconomicamente os indivíduos por meio do trabalho digno.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Inclusão Socioeconômica, Trabalho Digno.

**8838631 VIABILIDADE DE ADESÃO AO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL
DRAWBACK: ESTUDO DE CASO EM UMA CEREALISTA DO SUL DE SANTA
CATARINA**

Sheila Menegon Fabris, Júlio Cesar Zilli

Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense/UNESC - Av. Universitária, 1105 -
Universitário, Criciúma - SC, 88806-000.

Grupo de Pesquisa Gestão e Estratégia em Negócios Internacionais/GENINT e Curso de
Administração e Comércio Exterior - Universidade do Extremo Sul Catarinense/UNESC - Av. Universitária,
1105 – Universitário, Criciúma - SC, 88806-000.

O *Drawback* é um Regime Aduaneiro Especial que permite a suspensão, isenção e restituição do pagamento de impostos na importação de insumos adquiridos para o processo de industrialização no mercado interno, cuja finalidade posterior, seja a exportação. Respectivamente, a primeira modalidade consiste na suspensão dos tributos incidentes na importação de mercadoria a ser utilizada na industrialização de produto que deverá ser exportado (RECEITA FEDERAL, 2014). A segunda modalidade consiste a isenção dos tributos incidentes na importação de mercadoria, em quantidade e qualidade equivalentes, destinada à reposição de outra importada anteriormente, com pagamento de tributos, e utilizada na industrialização de produto exportado (RECEITA FEDERAL, 2014). Por fim, a terceira modalidade, “[...] permite a restituição, total ou parcial, dos tributos pagos na importação de mercadoria exportada após beneficiamento, ou utilizada na fabricação, complementação ou acondicionamento de outra exportada” (BRASIL, 2013a). Neste contexto, o estudo objetivou analisar a viabilidade de adesão e os efeitos do Regime Aduaneiro Especial *Drawback* nas operações de importação e exportação, em uma empresa cerealista do Sul de Santa Catarina. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa descritiva e aplicada, quanto aos fins, e bibliográfica, documental e um estudo de caso, quanto aos meios de investigação. Os dados de origem secundária foram coletados em uma empresa cerealista do Sul de Santa Catarina, fundada em 1986 em Forquilha – SC. A análise dos dados ocorreu por meio de uma abordagem essencialmente qualitativa, com aspectos quantitativos. Constatou-se que é possível aderir ao Regime *Drawback*, uma vez que a modalidade de isenção é a que se caracteriza como mais recomendável. Nesta modalidade, as aquisições de insumos são feitas com o recolhimento de tributos e após a industrialização e a exportação do produto final, solicita-se o *Drawback* isenção para a Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, que analisará o pleito, e após a concessão, a empresa poderá importar, repondo seu estoque de insumos com isenção de tributos.

Palavras-chave: *Drawback*. Incentivo Fiscal. Importação. Exportação.

Referências:

BRASIL. **Decreto nº 8.010, de 16 de maio de 2013a**. Altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Disponível em:



<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2013/dec8010.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DRAWBACK.Disponívelem:<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais/regimes-aduaneiros-especiais/drawback>> Acesso em: 12 ago. 2017.